



## Gov. de Minas assume protagonismo na agenda climática mundial durante a COP26, na Escócia



Minas Gerais teve posição de destaque na comitiva brasileira que viajou até Glasgow, na Escócia, para participar da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), entre os dias 31/10 e 12/11. Representando o Governo de Minas na agenda sustentável mundial, a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo, foi importante liderança feminina em eventos que discutiram, junto a outras autoridades mundiais, ações concretas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e o controle das mudanças climáticas no planeta.

A Secretária foi a representante dos governos estaduais brasileiros na COP e estava acompanhada pelo secretário-geral do Estado, Mateus Simões; pelo presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sérgio Gusmão; e pela coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas da Feam, Larissa Oliveira.

Durante a COP26, além da participação nos eventos, o Governo de Minas compartilhou as experiências realizadas em nível local, já desenvolvidas e em desenvolvimento no Executivo Estadual e no setor produtivo, para minimizar os impactos das alterações do clima na vida da população. Todo o trabalho foi reunido em um portfólio virtual que foi apresentado na conferência, e que está disponível para consulta no site da Feam.

Uma das pautas apresentadas no portfólio foi a transição energética para fontes renováveis. Atualmente, segundo levantamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Minas Gerais lidera o ranking nacional com 18,4% da potência instalada de geração de energia solar fotovoltaica em todo o Brasil, o que permite evitar a emissão de 394 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano.

Também integraram a comitiva brasileira vai à Escócia o deputado estadual e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Noraldino Júnior, e o procurador-geral de Justiça de Minas, Jarbas Soares Júnior.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2687-governo-de-minas-assume-protagonismo-na-agenda-climatica-mundial-durante-a-cop26-na-escozia>



## Fiquem ligados!

**Informes Igam aos CBHs podem ser consultados pelo Portal dos Comitês**

Desde o início do mês de novembro, estão disponíveis no Portal dos Comitês, os boletins informativos enviados mensalmente pelo Igam aos CBHs com as principais notícias do órgão gestor e do Sisema. O Informe Igam aos CBHs está sendo encaminhado aos Comitês desde junho de 2020 e é uma iniciativa da Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – DGAS e Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa – GECBH para manter os Comitês sempre atualizados.

Todos os Informes podem ser consultados [aqui](#).

<http://comites.igam.mg.gov.br/sem-categoria/593-informe-igam-aos-comites-2>

## Oficinas discutem Planos Diretores de Recursos Hídricos da bacia do Rio Doce



Para revisão e atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH Doce), dos Planos Diretores de Recursos Hídricos das bacias estaduais afluentes do Rio Doce, bem como para o Enquadramento dos corpos d'água da calha principal e das bacias afluentes do Doce, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) com apoio da empresa ENGECORP Engenharia realizou, de 4 a 19 de novembro, oficinas e consultas públicas para a etapa de diagnóstico.

Nos dias 4 e 5 de novembro foram realizadas as oficinas de aproximação com as comunidades que vivem na bacia hidrográfica do Rio Doce, tanto na porção mineira, quanto na porção capixaba. As oficinas tiveram como objetivo apresentar à sociedade a iniciativa e os principais resultados obtidos na etapa de Diagnóstico.

No período de 8 a 16 de novembro, ocorreram as Oficinas de Consolidação, divididas por bacias afluentes e calha principal do Rio Doce. Esses eventos são momentos oportunos para a população contribuir com informações sobre conflitos pelos usos da água; programas em andamento na região para a melhoria da qualidade da água; dentre outras informações relacionadas à gestão de recursos hídricos que podem não ter sido relacionados no documento do Diagnóstico. Para as oficinas de consolidação foi elaborado um [material de apoio que pode ser consultado aqui](#).

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2692-oficinas-discutem-planos-diretores-de-recursos-hidricos-da-bacia-do-rio-doce>

## Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos transformou Belo Horizonte na capital nacional das águas



O XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos aconteceu em Belo Horizonte trazendo avanços na gestão das águas e a importância de se pensar suas várias formas de uso para conter os danos provocados pelas mudanças climáticas. Mudanças climáticas, segurança hídrica, a relação da água com a Amazônia, a reservação da água, a ciência e as novas tecnologias e os desafios globais para garantir a sustentabilidade aos diferentes usos da água estão entre os temas discutidos por autoridades nacionais e internacionais no maior evento já realizado pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos em toda a sua história.

Entre os dias 21 a 26 de novembro de 2021, o Expominas BH se tornou palco do Simpósio e reuniu diversos especialistas – inclusive, internacionais – para compartilhar e discutir assuntos fundamentais para a saúde do planeta e o futuro das novas gerações. Com o tema Água em pauta: múltiplas dimensões, o evento debateu assuntos atuais, como planejamento e gestão, processos hidráulicos, hidrologia urbana, proteção de mananciais e a recuperação ambiental de bacias.

O encontro ocorreu em modelo híbrido e reuniu mais de 3 mil pessoas (em caráter presencial e à distância), entre representantes de órgãos públicos e privados, estudantes, pesquisadores e profissionais de setores usuários que se dedicam aos debates sobre a água no Brasil. A iniciativa foi da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), com a co-realização do Governo de Minas e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) entre outras entidades parceiras.

Foram realizadas 9 conferências, 13 mesas redondas, e ainda a apresentação de cerca de 800 trabalhos técnicos. O evento contou ainda com uma exposição paralela, a Exphidro. Além das atividades pagas, houve 40 atividades gratuitas ao público em geral, que puderam ser assistidas no Canal do YouTube da entidade.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2696-simposio-debate-as-principais-questoes-da-agenda-da-agua-no-brasil-a-partir-de-domingo-21-em-mg>

## CBH Rio das Velhas, Copasa e Copasa firmam Protocolo de Intenções para garantir segurança hídrica da RMBH



No dia 25/11/2021, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), a Copasa, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), e a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte celebraram um Protocolo de Intenções com ações conjuntas para garantir a segurança hídrica da Região Metropolitana de Belo Horizonte, aumentar a capacidade de resiliência da região do Alto Rio das Velhas e promover a manutenção dos ecossistemas aquáticos do rio.

O pacto foi firmado durante o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.

Para alcançar os objetivos previstos no Protocolo, prevê-se o desenvolvimento de ações estruturais e intervenções físicas em microbacias prioritárias.

Entre as medidas previstas estão o desenvolvimento de ações estruturais e intervenções físicas em microbacias prioritárias como, por exemplo, a construção de bacias de captação ao longo das estradas rurais; ações de manejo e conservação do solo como o terraceamento e barraginhas; a recuperação de áreas degradadas e de voçorocas prioritárias na sub-bacia do Rio Maracujá, em Ouro Preto; restauração ecológica; revitalização e proteção de nascentes e matas ciliares e áreas de recarga hídrica, além de outras ações que promovam a redução de lençóis subterrâneos.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2697-cbh-rio-das-velhas-estado-e-copasa-firmam-protocolo-de-intencoes-para-garantir-seguranca-hidrica-da-rmbh>

## Igam assina Termos aditivos com agências de Bacia



Foram publicados no mês de novembro, Termos Aditivos de contrato de gestão assinados com duas agências de bacia. O contrato de gestão é o acordo de vontades bilateral, de direito civil, celebrado entre a Agência de Bacia Hidrográfica ou entidade equiparada e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), com a intervenção do Comitê de Bacia Hidrográfica, em que há estipulação de metas e resultados a serem alcançados em determinado período, avaliados mediante indicadores de desempenho. O objetivo é assegurar às entidades autonomia técnica, administrativa e financeira.

Com a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato de gestão 001/2016, celebrado entre o Igam e a AGB Peixe Vivo, com intervenção do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará. Desta forma o contrato fica prorrogado até janeiro de 2024, com previsão de receita para os exercícios de 2022/23. Já com a Agência de Integração Empresa Escola LTDA (Agieel), foi assinado o terceiro termo aditivo ao Contrato Nº 9223346 de Prestação de Serviços.

O Programa de Trabalho do contrato compreende um conjunto de metas a serem alcançadas. Os resultados serão avaliados por meio de indicadores de desempenho da aplicação dos recursos da arrecadação com a Cobrança pelo uso dos recursos Hídricos.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2698-igam-assina-terminos-aditivos-com-agencias-de-bacia>

## Programa de monitoramento da qualidade das águas realizado pelo Igam é apresentado em Simpósio



O monitoramento da qualidade da água superficial em Minas Gerais, realizado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), foi apresentado durante o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. O programa de monitoramento é executado desde 1997 e visa a produção sistemática de informações sobre a qualidade das águas dos rios mineiros. O objetivo é conhecer a evolução da tendência da qualidade das águas superficiais frente aos impactos exercidos pelo desenvolvimento produtivo e às pressões ambientais, de modo a fornecer subsídios para as ações de preservação e controle da poluição. Atualmente o Igam possui quase 700 pontos de monitoramento da qualidade da água superficiais com análise de mais de 53 parâmetros físico-químicos da água

Os dados do programa foram apresentados pela gerente de Monitoramento de Qualidade das Águas do Igam, Katiane Cristina de Brito Almeida. De acordo com ela, o Igam é o órgão estadual gestor das águas e tem por finalidade implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos, que visa assegurar o controle, pelos usuários atuais e futuros, do uso da água e de sua utilização em quantidade, qualidade e regime satisfatórios.

A gerente destacou que os dados de monitoramento são essenciais para atuação do órgão, pois se interligam a vários instrumentos de gestão como a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o Enquadramento e a Outorga, fundamentais para a definição de ações e políticas desenvolvidas pelo Estado.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2701-2021-11-24-18-31-2>

## Acordos de melhorias na gestão das águas marcam 3º dia do XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos



O XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos foi marcado por importantes assinaturas para melhorias na gestão das águas em Minas Gerais. Uma delas foi a assinatura de Acordo para implementação de Sistema de Monitoramento de Uso de Recursos Hídricos, que irá permitir a criação de processos e operações inovadoras para apoiar o desenvolvimento de tecnologias de monitoramento remoto, em tempo real, dos usos da água e de sistemas de informação para coleta, armazenamento, tratamento e disponibilização de dados de disponibilidade e demanda hídrica.

Assinaram o documento, o diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Marcelo da Fonseca; o deputado federal José Vitor de Rezende Aguiar; o diretor de recursos hídricos e revitalização de bacias hidrográficas do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Wilson Rodrigues de Melo Júnior; o superintendente de fiscalização da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA), Alan Vaz Lopes, e o diretor-presidente do Instituto de Atenção às Cidades, da Universidade Federal de Tocantins.

O sistema possibilitará, também, acompanhar a disponibilidade dos recursos hídricos; permitir a autogestão pelos usuários; mediar conflitos; simplificar procedimentos; garantir a integridade das informações, além de garantir a transparência da gestão.

A plataforma vai permitir receber os dados e tratá-los de forma a gerar informação para usuários e para o órgão gestor, conhecendo em tempo real a quantidade de água usada no Estado.

O Marco Regulatório da Bacia do Rio São Marcos foi outra assinatura importante ocorrida durante o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. O trabalho é uma cooperação entre ANA, secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais e de Goiás, além do Igam e da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal.

O Marco Regulatório do Rio São Marcos é compartilhado por várias unidades da União e tem uma situação hídrica especial. "O Acordo permitirá que Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e a União, por meio da ANA, disciplinem o uso da água na região", explica Marcelo da Fonseca.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2702-acordos-de-melhorias-na-gestao-das-aguas-marcam-3-dia-do-xxiv-simposio-brasileiro-de-recursos-hidricos>

## Audiência Pública vai debater proposta de Enquadramento das águas dos afluentes do Alto São Francisco



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco (CBH-SF1), com apoio da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), preparam uma Audiência Pública para apresentação das Alternativas de Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto São Francisco.

O evento será realizado no dia 9 de dezembro de 2021, às 14h, em ambiente virtual. O objetivo é ampliar o debate sobre a elaboração do PDRH/ECA-SF1 e promover a participação da sociedade, usuários, órgãos e entidades públicas e civis na consolidação das Alternativas de Enquadramento dos Corpos de Água, etapa importante do Plano Diretor de Recursos Hídricos e do Enquadramento dos Corpos de água da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco – PDRH-SF1.

Os interessados em participar precisam se inscrever antecipadamente, entre os dias 25/11/21 e 06/12/21, acessando o link <https://forms.gle/VFinDeuvcyfgqip9>

Os resultados da Audiência Pública e demais eventos de participação já realizados na fase de elaboração do Enquadramento dos Corpos de Água irão subsidiar a produção da proposta para Efeetivação do Enquadramento dos Corpos de Água (ECA) da bacia, que também será levado para apreciação pela sociedade da bacia, em mais uma consulta pública. Por isso, é importante a participação de todos os atores sociais da bacia: lideranças municipais, órgãos públicos, empresários, agricultores, pescadores, organizações não governamentais – ONGs, instituições de ensino e a população em geral.

O acesso ao Relatório de Alternativas de Enquadramento pode ser realizado pelo link: [https://pdrhsf1.com.br/?page\\_id=6738](https://pdrhsf1.com.br/?page_id=6738)

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2704-audiencia-publica-vai-debater-proposta-de-enquadramento-das-aguas-dos-afluentes-do-alto-sao-francisco>

## Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas realiza reunião durante o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos



O FMCBH realizou nos dias 24 e 25 de novembro, durante o XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, em Belo Horizonte a 70ª Reunião Ordinária. No primeiro dia da reunião houve o momento Igam, onde a Gerente de Apoio aos Comitês, Maria de Lourdes Amaral, informou sobre o status da alteração da Deliberação Normativa CERH/MG nº 69/2021 que estabelece as diretrizes gerais, os princípios e fundamentos para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas e esclareceu dúvidas acerca desse documento e do andamento do processo eleitoral 2022/2026. Foi realizada também uma apresentação, feita pelo analista Robson, da Gerência do Sistema Estadual de Informação em Recursos Hídricos – GEIRH sobre a Minuta de Deliberação Normativa que altera a DN CERH-MG nº 66, de 17 de novembro de 2020, que estabelece as Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais.

Foi discutido ainda, o status da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e do Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH) e uma apresentação sobre o status das ações para estruturação do Comitês. No primeiro dia da reunião também foi definido o Calendário de Reuniões Ordinárias do FMCBH 2022.

No segundo dia da reunião houve um debate com o tema "Democracia e Gestão de Recursos Hídricos: os desafios do século XXI". Para esse debate foram convidados diversos deputados e vereadores e uma especialista PhD em Direito.

Logo após o encerramento da 70ª Reunião Ordinária, ocorreu uma reunião extraordinária onde foi eleita a nova coordenação do FMCBH para a gestão 2022/2024.

Segue nova composição do colegiado coordenador:

**Coordenador Geral:**

Wilson Guilherme Acácio – CBH Preto e Paraiibuna (Ps1)

**Coordenadores Adjuntos:**

Altino Rodrigues Neto – CBH Três Marias (Sf4)

Nádia de Oliveira Rocha – CBH Caratinga (Do5)

**Coordenadores Regionais:**

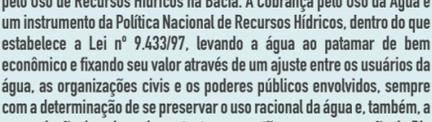
Marcus Vinicius Polignano – CBH Rio das Velhas (Sf5)

Paulo Roberto M. Carvalho – CBH Alto Rio Grande (Gd1)

Tamires Batista de Sousa – CBH Mosquito e Demais Afluentes do Rio Pardo (Pa1)

Antônio Giacomin Ribeiro – CBH Baixo Paranaíba (Pn3)

## CBH Paraopeba aprova a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba aprovou, em reunião extraordinária no dia 24/11/2021, os mecanismos e valores de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia. A Cobrança pelo Uso da Água é um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentro do que estabelece a Lei nº 9.433/97, levando a água ao patamar de bem econômico e fixando seu valor através de um ajuste entre os usuários da água, as organizações civis e os poderes públicos envolvidos, sempre com a determinação de se preservar o uso racional da água e, também, a arrecadação de valores importantes na gestão e na recuperação do Rio Paraopeba.

Para a implementação desse Instrumento de Gestão na bacia, a Deliberação Normativa aprovada pelo Comitê deverá ser aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG.

<http://www.igam.mg.gov.br/banco-de-noticias/2699-cbh-paraopeba-aprova-a-cobranca-pelo-uso-de-recursos-hidricos-na-bacia>